



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste sábado

23/07/2016

O juiz federal Sergio Moro rebateu argumentos da defesa do ex-presidente Lula que pedia sua suspeição para continuar na condução das investigações sobre o petista. Em despacho de 15 páginas, ele decidiu não abrir mão do caso e disse que “falta seriedade” à argumentação da defesa. Moro afirmou ainda que os grampos que pegaram o ex-presidente em março deste ano, na operação aletheia, poderiam justificar a prisão temporária de Lula, mas que na ocasião, acabou-se optando por “medida menos gravosa” — no caso, a condução coercitiva do petista. O juiz nega ainda atuar como “juiz acusador”. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Qualidade da dívida

Contrária ao projeto que transforma os créditos a receber pelo governo de empresas e cidadãos em títulos negociáveis no mercado financeiro, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quer permitir que sejam vendidas apenas as dívidas de pior qualidade, diz Anelize Almeida, gestora da dívida ativa. O projeto, chamado de securitização da dívida ativa da União, é uma das fontes de receitas que permitirá ao governo do presidente interino, Michel Temer, cumprir a meta de para 2017, que prevê um déficit de R\$ 139 bilhões. “A dívida ativa é um patrimônio da União”, afirma. As informações são do jornal **Folha de S. Paulo**.

Suspeita de terrorismo

A **Folha de S. Paulo** faz um breve perfil sobre o juiz Marcos Josegredi da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba, responsável por expedir 12 mandados de prisão temporária contra investigados de organizarem uma ação terrorista durante as Olimpíadas. Esta é a primeira vez que ele toma decisões ligadas a um caso de terrorismo. Para se aprofundar no assunto, ele buscou programas que explicavam o nascimento e a disseminação do Estado Islâmico. Em plantão em janeiro de 2015, assinou decretos de destaque na “lava jato”, como a prisão do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró. Em 16 anos como juiz federal do Paraná, o gaúcho nascido em Porto Alegre teve passagem pelas cidades de Foz do Iguaçu, Guarapuava e Paranaguá.

Espião do terror

Ao investigar um grupo suspeito de planejar atentado terrorismo para as Olimpíadas, a Polícia Federal usou um agente infiltrado para ter acesso aos grupos de bate-papo em que os suspeitos planejavam os atos. Segundo a **Folha de S. Paulo**, o grupo também chegou a cogitar uma investida no exterior. Em outro momento, falaram inclusive em ir à Síria, mas não conseguiram angariar recursos para a viagem.

Bolso vazio

Advogados do deputado federal afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) pediram à Justiça Federal no Paraná o desbloqueio da conta-salário em que seu cliente recebe a remuneração como parlamentar. No documento, os advogados relataram urgência e disseram que a situação compromete “a sobrevivência” de Cunha e de seus familiares. As informações são do jornal **O Globo**.

Jornada dupla

Uma servidora pública de Porto Ferreira, no interior de São Paulo, foi condenada à perda do cargo e a devolver todo o salário que recebeu enquanto esteve de licença médica por ter, durante o período, trabalhado na campanha do deputado federal Baleia Rossi (PSDB). Segundo a juíza Clarissa Rodrigues Alves, “não há como negar que a ré tinha problemas de saúde para trabalhar, mas para participar de campanhas políticas estava muito bem disposta”. Ainda cabe recurso. As informações são do jornal **Folha de S. Paulo**.

Ajuda na investigação

O Ministério Público do Rio de Janeiro pediu ao juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, acesso a documentos da “lava jato” para apurar supostas irregularidades em contratos assinados pelos governos estadual e municipal. Um dos focos das investigações do MP fluminense é a renovação dos contratos da Supervia. As informações são do jornal **O Globo**.

Parte interessada

A escolha da PricewaterhouseCoopers (PwC) como administradora judicial do processo de recuperação judicial da Oi pode ser contestada na Justiça. Isso porque a consultoria é uma das credoras da companhia, com pouco mais de R\$ 1 milhão a receber, por meio de duas empresas (a PwC Contato e a PwC Eaq). As informações são do jornal **O Globo**.

OPINIÃO

Futuro digital

Em coluna na **Folha de S. Paulo**, o advogado Oscar Vilhena Vieira afirma que a chegada do “big data” e da inteligência artificial ao Direito pode alterar o modo como os profissionais trabalham. Para ele, a capacidade de analisar bilhões de informações e estabelecer conexões lógicas entre elas, sugere que grande parte do trabalho mecânico dos operadores do direito pode ser brevemente assimilado por robôs e *softwares*.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2016-jul-23/noticias-justica-direito-jornais-32-2/>